



## EXERCÍCIO COMPARATIVO ENTRE BRASIL E ARGENTINA: INTELLECTUAIS, SOCIÓLOGOS E AUTONOMIA DO CAMPO UNIVERSITÁRIO (1930-1960)

AUTOR(A): ALEXANDRA DIAS FERRAZ TEDESCO<sup>1</sup>

A proposta desta comunicação consiste em, dentro dos limites plausíveis para uma análise panorâmica, apontar algumas tensões que perpassam a discussão acerca da institucionalização da sociologia no Brasil e na Argentina e, mais especificamente, que compõem o debate mais amplo sobre as possibilidades de construção da autonomia do campo universitário nos dois países.

Ao supormos uma abordagem que se pretende conectada à História Intelectual, nos colocamos, de antemão, diante de algumas tensões de método, tão importantes quanto desafiadoras. Para Helenice Rodrigues da Silva, durante muito tempo – especialmente no Brasil – o que se entende hoje como história intelectual “hesitou em ser, de um lado, procedimento de análise e, de outro, disciplina em formação” (in LOPES, 2003, p. 15). Embora não seja esse o espaço oportuno para procedermos a uma genealogia do conceito de “história intelectual”, consideramos importante, para o bem delimitar de nosso objeto de análise, uma tentativa de aproximação entre os significados plurais do conceito e o modo pelo qual pretendemos conjuga-lo com um olhar histórico sob a formação do campo sociológico no Brasil e na Argentina.

Se, por um lado, pensar os intelectuais como categoria “libre flotante” no sentido em que pontua Karl Mannheim, pode ajudar a contextualizar sua zona de atuação autônoma<sup>2</sup>, não é possível ignorar que a tensão entre esse setor específico e os espaços de fala pública possui uma vasta e complexa história. Algumas discussões remetem ao século XVII para identificar a origem dessa ambiguidade<sup>3</sup>, outras, principalmente a partir de Sartre, as localizam a partir do caso Dreyfus, outras ainda questionam a possibilidade mesma do “homem de letras”

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Estadual de Campinas, vinculada à linha de pesquisa Cultura Visual, História Intelectual e Patrimônios. Bolsista do CNPq sob orientação da professora doutora Silvana Barbosa Rubino.

<sup>2</sup> Para Mannheim, sociólogo de notável repercussão entre brasileiros e argentinos, entre a visão de “intelectual total” sartriana e a seu oposto apolítico a la Julien Benda, seria possível antever uma função autônoma para o intelectual que, impregnado de responsabilidade, age na esfera pública mas não se afasta das categorias que o definem, no limite, como intelectual.

<sup>3</sup> Nesse sentido, nos parece fundamental a análise de Pierre Lepape, especialmente em “Voltaire. Nascimento dos intelectuais no século das luzes”, publicado pela Editora Jorge Zahar, 1993.



intervir num espaço que não é, originalmente, o seu. Historiograficamente, contudo, há um relativo consenso em torno da reabilitação da figura do intelectual – e de sua prática, suas sociabilidades e os limites de sua autonomia – como tema plausível de pesquisa. Essa retomada, segundo Sirinelli (in REMOND, 1998) relaciona-se ao contexto do fim da década de 1970 e da década de 1980, momento no qual uma renovação da história política passa a viabilizar análises que se situam num campo de entrecruzamento entre história política, história social e história cultural (p. 232), favorecida pela dessacralização da própria figura do intelectual que emerge com os movimentos sociais de 1968 (vinculados a uma espécie de engajamento que transcende, em muito, as escolhas epistemológicas). Vale citar, como síntese, a historiadora Marie-Chistine Granjon, que identifica esse processo de validação temática baseada numa tendência observável na análise da produção intelectual da década de 1980:

Les années quatre-vingt présentèrent une innovation relative dans l'historiographie des intellectuels, jusqu'alors juges et parties de leur propre engagement, la volonté de les considérer désormais comme l'objet d'histoire d'examiner l'intelligentsia comme un fait social, avec l'impartialité et la distance méthodique auxquelles s'efforce la communauté universitaire des spécialistes en sciences humaines (GRANJON, 1998, p. 25)

Contudo, salientar a viabilidade de pensar o “intelectual” como sujeito de uma história específica, não resolve uma série de tensões adjacentes, principalmente quando a hipótese passa por problematizar o papel do intelectual dentro da esfera pública e suas possibilidades institucionais e políticas de autonomia dentro da universidade. Como nos lembra Bourdieu

el campo universitario es, como todo campo, el lugar de una lucha por determinar las condiciones y los criterios de la pertinencia y la jerarquía legítimas, es decir, las propiedades pertinentes, eficientes, apropiadas para producir, funcionando como capital, los beneficios específicos que el campo produce (2008, p. 23).

Por outro lado, como salienta LaCapra (1983), existe ainda uma tensão de método a ser enfrentada. O que pensamos, nesse caso, como história intelectual, não pode se configurar, apenas, como uma ontologia ou mapeamento cartográfico de ideias. É necessário, principalmente no caso de um exercício comparativo, perscrutar a circulação objetiva das ideias, suas adesões institucionais e políticas e, principalmente, as tensões sociais que se encontram na zona fronteira da atividade intelectual. Cabe, segundo Lacapra, considerar perspectivas sincrônicas e diacrônicas, perceber que o texto, como documento, não esgota todas as possibilidades de análise de sua circularidade e que se impõe, nesse caso, entender o próprio texto, a própria obra, como campo de forças, já que a complexidade ou riqueza do

objeto, segundo o historiador francês, não é intrínseca a ele, mas passa pela historicidade inerente ao olhar daquele que analisa uma obra de outro contexto.

A partir desse quadro de problematizações, compreendemos que pensar a história intelectual operando em termos de história comparada pode parecer, à primeira vista, um confronto de método, ou uma heterodoxia sem fundamento. Contudo, consideramos que, ao tentar entender dois processos em paralelo, colocando-os sob o mesmo foco de luz, é possível perceber um problema comum que os atravessa, abrindo possibilidades de diálogo para além das fronteiras nacionais. A possibilidade de localizar especificidades num objeto marcado por um referencial universalista é, nesse sentido, um dos aportes desse exercício comparativo, na medida em que procura, sem perder de vista o enfoque global de nosso problema, interrogar as realidades nacionais, buscando uma “comparação multilateral”, no sentido em que conceitua Christopher Charle (CHARLE in GRANJON, 1998). Pensar a história intelectual a partir de um olhar comparado tem, portanto, em nosso caso, um caráter experimental, de abertura e de crítica. Acreditamos que essa abertura, se não se esgota na história comparada<sup>4</sup>, pode ser facilitada, como possibilidade analítica, por uma aproximação sincrônica entre os dois casos. No sentido em que pontua Maria Lígia Prado (2005), não se trata de encampar o método comparativo em sentido teleológico, mas sim de admiti-lo como esforço dialógico<sup>5</sup>.

Postas essas questões iniciais, nossa análise buscará investigar um dos pontos menos consensuais do que denominamos como “questão intelectual”, qual seja, o papel do intelectual, entendido em sua dimensão institucional, na arena pública, a partir das celeumas entre profissionalização e amadorismo, pensamento autônomo e institucionalização do campo e aceitação pelos pares e pluralização das instâncias de consagração.

Pensamos, com Alejandro Blanco, que um olhar histórico sobre essas questões, especialmente no caso latino-americano, assume que “la institucionalización de una determinada empresa intelectual es un proceso complejo y multidimensional, resultado de un entrecruzamiento, siempre peculiar y contingente, de factores de orden social, cultural, económico, intelectual o institucional” (BLANCO, 2006, p. 21). Isso nos leva a pensar, nos casos argentino e brasileiro, em “graus de institucionalização”, e não em um ato de fundação

---

<sup>4</sup> A partir da década de 1980, notadamente a partir das obras de Spagne e Werner, ver PRADO (2005)

<sup>5</sup> Essa “abertura para o diálogo” pode ser observada também, de um ponto de vista mais conceitual, na clássica apologia de Bloch às possibilidades da história comparada. Ver Conferências de Oslo. *Revue de Synthèse Historique*.

decisivo e paradigmático. Apesar desse caráter “multifacetado”, nos parece importante, a título de delimitação do tema, explicitar as fronteiras temporais de nossa análise.

A maior parte da historiografia sobre a sociologia na América Latina (PEREYRA (2004), BLANCO (2006), GERMANI (2013), LIEDKE (2005) concorda em que o aparecimento dessa disciplina no continente é relativamente precoce. No ano de 1877 em Caracas, 1898 em Buenos Aires, 1900 em Assunción, 1906 em La Plata e Quito e 1907 em Cordoba, já existiam cadeiras universitárias dedicadas ao tema<sup>6</sup>. Apesar disso, nos casos argentino e brasileiro, uma série de fatores contribui para que o processo de profissionalização e autonomização do campo ocorra, de forma salutar, já avançadas longas décadas do século XX. Na busca por entender historicamente esses fatores, delimitamos um recorte que leva em conta, no caso argentino, o ano de 1943, início das mobilizações peronistas que inaugurariam, paradoxalmente, uma época de intervenção da Universidade de Buenos Aires e, ao mesmo tempo, de crescimento de práticas de pesquisa sociológica no país e encerra-se em 1966 com a radicalização política iniciada nos primeiros anos da década de 1960. No caso brasileiro, dentro da perspectiva sincrônica proposta por Bloch<sup>7</sup>, tomamos por referência a fundação da cadeira de Sociologia no Instituto de Filosofia e Letras da USP, em 1934 e, como marco final, os efeitos do golpe de 1964 e, principalmente, da radicalização das políticas de repressão e intervenção militar no ano de 1968.

O caso argentino trás, de início, algumas particularidades importantes. Organizada em torno de dois eixos principais – Buenos Aires e Córdoba – a vida universitária se desenvolveu relativamente cedo no país. A fundação da UBA, ainda em meados século XIX, esteve embebida de uma concepção bastante humanista, tendo sido concebida por seus idealizadores<sup>8</sup> como uma tentativa de criar um espaço oficial para o pensamento clássico na Argentina, que não se restringisse aos colégios técnicos de formação profissional que proliferavam em

---

<sup>6</sup> Nesse caso, a sociologia na América Latina se coloca como disciplina universitária quase paralelamente à Europa, já que as primeiras Cátedras, na França e na Alemanha, datam também do início do século XX. Apesar dessa precocidade, contudo, até avançadas décadas do século XX o que se compreendia por “sociologia” no continente guardava uma relação direta com as discussões positivistas sobre a independência e a formação das nações.

<sup>7</sup> Para Bloch, existem alguns critérios importantes para validar a perspectiva comparada. Inicialmente, é preciso observar uma certa similitude entre os fatos observáveis e, por outro lado, uma certa dissimilitude de causas. Delineia assim a ideia de “sociedades sincrônicas”: “étudier parallèlement des sociétés à la fois voisines et contemporaines, sans cesse influences les une par les autres, soumises (...) à l’action de les mêmes grands causes, et remontant, partiellement du moins, à une origine commune » (Bloch, 1928. IN *Revue de synthese historique*, 46.

<sup>8</sup> Dentre os primeiros entusiastas da UBA encontram-se nomes de peso nas letras argentinas, tais como Mitre, Groussac e o próprio Carlos Pellegrini.

Buenos Aires. A Faculdade de Filosofia y Letras, contudo, surge apenas no fim do século XIX, timidamente confinada a um curso de “humanidades” dentro da cadeira de latim, obrigatória no curso de Direito. Em 1882 finalmente se elabora o plano de estudos para as ciências humanas, marcadamente humanistas e ministradas, em sua maior parte, por autodidatas e diletantes, profissionais liberais que se arriscavam nos “debates sociais”. A partir de 1896, iniciam-se as atividades sistemáticas na Faculdade, num contexto de ampla divulgação da panaceia científica que informava o grupo positivista agora alocado no mundo universitário.

As discussões sobre a profissionalização e autonomia da Universidade de Buenos Aires (UBA) foram uma constante desde os anos de sua fundação. No caso das ciências ditas “sociais”, a tensão se configurava ainda mais visível pois, nesse caso, tratavam-se de diversas cadeiras divididas e esparsas, organizadas dentro dos cursos de Direito e História, esses mais tradicionais e prestigiosos. Ao longo das primeiras décadas do século XX, essas discussões fissuravam grande parte do corpo de alunos e professores. Se, por um lado, a modernização e o crescimento acelerado de Buenos Aires (e, nesse sentido, é importante mencionar que trata-se de um contexto de aumento progressivo da população e, especialmente, da população imigrante)<sup>9</sup> faziam emergir uma “questão social” como demanda para a Universidade, pensada então como produtora e reprodutora de um conhecimento técnico indispensável à essa modernização, por outro lado, movimentos importantes como o ocorrido em Córdoba, em 1918<sup>10</sup>, buscavam criar um espaço efetivo de autonomia universitária, inspirados por ideias não tão afinados com a retórica utilitarista típica dos “modernizadores” da década de 1920.

Contudo, para pensarmos a profissionalização do campo da sociologia na Argentina, dentro de sua perspectiva institucional, é fundamental nos atermos a um dado que caracterizou a circulação das ideias naquele país durante boa parte do século XX: a existência de um mercado editorial consistente e de muitos espaços de sociabilidade privados (cafés, teatros, liceus, bibliotecas, salões e editoras) que era capaz de mobilizar um repertório de prestígio específico. Para Carlos Altamirano, essa circulação cultural fornecida pelas revistas é um dado fundamental, posto que “por lo general, sus páginas incorporan la actividad

---

<sup>9</sup> Sobre isso ver Monica Peralta Ramos (2006) e Murmis e Portantiero (1978)

<sup>10</sup> Conhecido como Reforma Universitária de Córdoba, o movimento, encabeçado por alunos e parte do corpo docente ganhou eco continental, buscando delinear uma universidade mais aberta e autônoma, alinhada com as necessidades latino-americanas. Dentre as prioridades do grupo, encontravam-se demandas como a circularidade das cátedras e a participação discente nas decisões institucionais.



cooperativa de uma serie de personas” (2001, p. 20). O predomínio das instâncias privadas, portanto, em detrimento da interferência do estado no planejamento da cultura, possibilitou a esse setor competir, durante longas décadas, com a Universidade, pelo direito de falar em nome dos “intelectuais”<sup>11</sup>. É desses círculos que falam nomes importantes da cena intelectual argentina, desde a Geração de 1837, passando pelos ensaístas do Centenário (como Lugones) até, no limite, os opositores do peronismo entrincheirados na Revista Sur, como Jorge Luis Borges, Eduardo Mallea e Vitoria Ocampo.

A existência dessa “arena extra universitária”, portanto, pode nos ajudar a pensar algumas das tensões que envolveram a consolidação da “autonomia universitária” no campo das ciências sociais. Durante a década de 1930, sucessivas intervenções do poder público na Universidade contribuíram ainda mais para que se pensasse o espaço *da Facultad de Filosofia y Letras* como um “espaço nacionalizador”, e não como reduto de livre pensamento, esfera que ficava circunscrita, com mais propriedade, nessas arenas de circulação extrínsecas à universidade. Nesse caso, é interessante, desde já, um olhar para o caso brasileiro. Os ensaístas que produziam as versões mais prestigiosas da “realidade nacional” do Brasil pertenciam, já na década de 1930, aos quadros universitários (Sergio Buarque de Hollanda e Gilberto Freyre, nesse sentido, ilustram nosso argumento), o que pode indicar, na esteira da proposta de Blanco e Jackson (in MIICELI e PONTES, 2014), que existe uma diferença importante no contato entre a perspectiva ensaística autodidata e diletante uma perspectiva sociológica fundada num discurso científico nos dois países (e das correlatas disputas de campo entre as duas posições, que nos interessam mais diretamente).

Contudo, no caso argentino, não é possível negar que os anos de intervenção na Universidade de Buenos Aires (tanto no caso do governo de Uriburu, em 1930, como, propriamente, no contexto peronista), foram anos de expansão. Fisicamente e estruturalmente, a universidade cresceu muito. Não se pode deixar de contabilizar que, dentro do governo peronista, a Universidade passa a ser uma prioridade, o que constituiu, no contexto das primeiras décadas do século XX, um dado inédito no país. Como nos lembra Donghi, a Universidade e, principalmente, as disciplinas “sociais” ganharam um status operacional no projeto peronista, já que a política cultural desse governo “concebía su misión (da universidade) como la de reeducar por la vía autoritária a la adormecida ciência argentina” (DONGHI, 2012, p.135). Fato é que, apesar dos inúmeros expurgos e demissões (cerca de um

---

<sup>11</sup> Segundo Buchbinder, inclusive, até a década de 1950, não havia nenhum prestígio específico em titular-se doutor pela Universidade. BUCHBINDER, 1997.



terço do corpo docente da Universidade abandona suas Cátedras nos anos peronistas)<sup>12</sup>, as disciplinas que eram vistas como instrumentais pelo governo receberam substantivos aportes financeiros e organizacionais.

Alejandro Blanco demonstra, em *Razón y Modernidad*, que a sociologia continua funcionando nesse período. Se analisarmos a produção editorial intitulada como “ciências sociais” (antropologia, sociologia e ciência política), nota-se que o vulto dos investimentos é comparável, em termos absolutos, com o volume editorial da década de 1960, analisada por parte da historiografia como “a era de ouro da sociologia argentina”<sup>13</sup>. O predomínio teórico, contudo, é fortemente atrelado às demandas peronistas, e a maior parte dos intelectuais que herda as Cátedras abandonadas ainda em 1945 é composta por intelectuais católicos e de orientação autoritária. Alfredo Poviña, catedrático de Sociologia nesse contexto, foi o responsável, inclusive, por estabelecer uma ampla rede de contatos internacionais – tanto de financiamento como de cooperação técnica – inclusive com o Brasil. Certamente, a concepção de que “el papel principal de la universidad era el de definir una cultura apoyada en principios absolutos, los de la verdadera filosofía y la doctrina revelada en elementos contingentes apoyados por el suelo, la estirpe, tradición e historia” (DONGHI, 2012, p. 140) contribuía para a impossibilidade de uma real autonomia de pesquisa, muito embora mobilizasse, na década de 1940, um grande número de estudos. É nesse contexto, segundo Donghi, que as disciplinas de ciências sociais passam a ser vistas como problema político, não como problema teórico, e é inegável que, graças à essa política de intervenção, grande parte dos intelectuais com espaço na arena pública radicavam-se, nesse contexto, fora da Universidade, precisamente nas instâncias privadas mencionadas anteriormente, mais protegidas da ingerência peronista<sup>14</sup>.

Observando o caso brasileiro, é interessante observar que essa tensão entre autonomia da pesquisa nos centros privados e ingerência política nos institutos de pesquisa vinculados ao Estado é, também, um dado fundamental. Segundo análise de Sergio Miceli, inclusive, a proximidade com o poder foi um dos fatores responsáveis por diferenciar o tipo de sociologia

---

<sup>12</sup> Segundo dados de Ponza foram, no total, 1378 renunciias. Destes, 301 emigraram, 94 para os Estados Unidos e 41 para a Europa. PONZA, P. *Intelectuales y Violencia Política 1955 – 1973*. Córdoba. Babel Editorial, 2010.

<sup>13</sup> Segundo dados de Alejandro Parada (responsável pelo sistema de biblioteconomia da UBA, na década de 1930, por exemplo, a UBA publicou 20 títulos de antropologia e apenas 10 de filosofia.

<sup>14</sup> Para ilustrar essa circularidade é possível mencionar o caso do CLES (Colégio Libre de Estudios Superiores), instituição que agrupou grande parte dos intelectuais opositores do peronismo, inclusive o próprio Gino Germani. Para uma análise mais aprofundada é possível partir da obra de Federico Neiburg, *Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo*.



praticada nos centros de pesquisa paulistas e aqueles localizados no Rio de Janeiro. Nesse sentido, talvez seja compreensível o foco mais acadêmico que político que permitiu a consolidação da sociologia na Universidade de São Paulo. Analisando esse processo, Florestan Fernandes, um de seus protagonistas, afirma que a cidade de São Paulo, e os movimentos culturais e políticos que nela floresciam na década de 1930 e 1940, possibilitaram um exercício de autonomia acadêmica e que “essa liberdade, em parte, deve ser creditada à tradição elitista: a utopia liberal-conservadora desde o início associou a inovação à propósitos puramente burgueses de hegemonia econômica, cultural e política” (FLORESTAN, 1997, p. 223).

Em 1955, ano da queda de governo peronista, o impulso de “desperonização” deu a tônica da maior parte das pretendidas renovações institucionais. No campo universitário essa reestruturação passou pela restituição das Cátedras aos seus antigos professores, expulsos ou exilados da Universidade ao longo da última década. Contudo, a radicalização que tomou conta da Faculdade de Filosofia y Letras tornava esse projeto controverso, na medida em que reunia, na mesma trincheira, os mais distintos setores da intelectualidade argentina que possuíam, como elemento unificador, apenas sua oposição ao peronismo. Dessa forma, se impunha a necessidade de um elemento de profissionalização, capaz de operar novos critérios de seleção discente e docente, garantindo uma legitimidade, jurídica e simbólica, para a instituição. É nesse contexto, marcadamente nos anos de 1955 à 1961, que podemos perceber os enormes esforços de profissionalização ocorridos dentro das ciências sociais. São fundados os cursos de Sociologia, Psicologia e Pedagogia e, além disso, a proeminência institucional de nomes consagrados no circuito externo à Universidade como José Luis Romero e Gino Germani (esse último responsável pela profissionalização e organização do Instituto de Sociologia), trazia consigo a intensão de pensar um novo tipo de prática de pesquisa, instaurada sob um novo “nível de competência”. Segundo análise do próprio Germani, tratava-se, sobretudo, do estabelecimento de critérios profissionais para o exercício da crítica sociológica, que seriam, em suma

“(...) la critica escrita em las revistas especializadas, la selección del personal para los cargos de enseñanza, investigación o practica professoral, los títulos académicos reconocidos por las organizaciones científicas y, por fin, la reputación misma dentro de la comunidad de sociólogos” (GERMANI, 1956, p.2).

Esse esforço por profissionalização, fomentação de redes internacionais e consagração de um prestígio específico para a pesquisa empírica pode ser visto como um ponto de contato entre os dois contextos que pretendemos abordar. É importante salientar, nesse sentido, uma



convergência fundamental: em ambos os casos, a circulação de uma série de propostas analíticas desenvolvidas pelos sociólogos de Chicago (Donald Pierson trabalhou longos anos em São Paulo, e coordenou diversos “estudos de comunidade” e Gino Germani, por outro lado, traduziu e editou obras importantes de nomes como George Mead) trazia elementos novos para o conjunto de temas possíveis na sociologia, tais como a segregação étnico-espacial, as relações inter-raciais, a violência, o estudo da cidade e a questão da imigração<sup>15</sup>.

Dessa forma, além de uma relativa convergência temática, o *modus operandi* que poderia viabilizar esse tipo de pesquisa empírica também se torna um imperativo. Essas análises empíricas, demandando pesquisa de campo e instrumentos de análise estatística, não poderiam ser feitas por um ou outro pesquisador isoladamente. Outrossim, levavam à necessidade de criação de um corpo de pesquisadores e, principalmente, de um suporte material consistente. Assim como a rotinização das tarefas e a divisão do trabalho universitário pareciam, para Germani, um imperativo para a profissionalização e autonomia do campo, no caso brasileiro, a ideia era justamente construir e reiterar um novo padrão de produção cultural e difusão das obras, baseados no profissionalismo metodológico e institucional.

Antes de partirmos para caso brasileiro, contudo, vale salientar que, no caso argentino, o golpe de 1966 marca a consolidação de um contexto de radicalização da sociedade argentina, com efeitos imediatos no campo universitário. A crítica ao projeto de profissionalização teórica, epistemológica e metodológica de Germani torna-se, nesse contexto, plural. Como salienta Altamirano, “se critica em ella (sociologia científica) no solo la perspectiva funcionalista y adaptativa que se le atribuye, sino también su hostilidade al conflicto social, marcado como calidad positiva em el discurso de sus impugnadores” (2001, - p. 116). Além, portanto, da crítica epistemológica, uma nova concepção global de engajamento, que emerge na esteira da Revolução Cubana, contribui para o isolamento do projeto desenvolvimentista proposto a partir do Instituto de Sociologia e, principalmente, para uma nova série de interrogações que serão feitas aos “intelectuais engajados”, tais como a própria contradição entre autonomia de pesquisa e autonomia de ação.

---

<sup>15</sup> Sobre o tema ver Licia Valladares. “A escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França” Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2005, VALENTIN, Fernando. E PINEZI, Anak. *Indivíduo e Sociedade no pensamento social da Escola de Chciago*. UFABC. Scielo e COULON, alain. *A Escola de Chicago*. Campinas. Papyrus, 1995.



Assim como no caso argentino, a alcunha de “pre-científica”, e todo estigma pejorativo que ela pudesse carregar, também foi utilizada por diversos analistas, inclusive contemporâneos, para analisar o começo do pensamento social brasileiro. Embora a USP tenha sido fundada tardiamente em relação à UBA, apenas em 1934<sup>16</sup>, a tradição do “pensamento social” brasileiro já possuía uma certa legitimidade em relação à esfera pública. Se pensarmos, como propõe Blanco e Jackson (2014), numa perspectiva comparativa, os “ensaios de interpretação nacional” no caso brasileiro, são marcados por um instrumental empírico consistente, que os aproxima da sociologia que será levada a cabo pela Cadeira de Sociologia I, na Universidade de São Paulo, a partir da década de 1950. Nesse sentido, Liedke nos apresenta uma fala interessante de um dos responsáveis pela organização formal da área de humanidades acadêmicas no Brasil, Fernando de Azevedo, para quem “os estudos sobre as tribos indígenas e os negros no Brasil, ao prepararem caminho para a posterior institucionalização do ensino e da pesquisa, constituíram o ponto de partida para a evolução da sociologia propriamente dita” (AZEVEDO, 1952 in LIEDKE, 2006).

Se buscarmos a análise de Antonio Candido – ele mesmo integrante do processo de institucionalização da Sociologia levado a cabo na USP na década de 1950 – as origens do pensamento sociológico no Brasil são ainda anteriores. Segundo ele “ela apareceu, e encorpou, com efeito, a partir da preocupação de alguns juristas possuídos pelas doutrinas do Evolucionismo científico e filosófico” (CANDIDO, 2006, p. 272), ainda em meados do século XIX.

Na década de 1930 (enquanto a UBA sofria o duro golpe da intervenção do governo Uriburu), são fundadas, em São Paulo, as duas principais instituições que agruparão alguns dos sociólogos mais de maior prestígio no Brasil, são elas, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, fundada em 1933 e a Seção de Sociologia e Política na Universidade de São Paulo, que aparece em 1934. Embora houvesse trânsitos importantes entre as duas instituições, inclusive o próprio Florestan representa essa circularidade (trabalhou na ELSP sob orientação de Baldus) é importante salientar que, enquanto a primeira possuía um caráter

---

<sup>16</sup> Para compreender esse processo, é importante pensar na repercussão da vinda de nomes de peso do circuito intelectual internacional para São Paulo, na empreitada que ficou conhecida como “missão francesa”. Que envolveu nomes como Claude Levy-Strauss, Roger Bastide, Paul A. Bastide e Paul Hugon, numa porta aberta por Fernando de Azevedo. Segundo Heloisa Pontes “a inserção diferenciada dos estrangeiros no país reflete-se tanto no papel que tiveram na definição dos rumos tomados pela história e pelas ciências sociais em sua vertente propriamente universitária, como no lugar que seus trabalhos ocupariam no mercado editorial nacional” (PONTES in MICELI, 1995, p. 456)



mais técnico, de formação de quadros profissionais dentro de uma perspectiva de modernização da cidade, a segunda, seria o local onde, pela primeira vez, se pensaria um trabalho sistemático em termos de sociologia empírica no Brasil. Dessa forma, pensando em termos de construção de autonomia de pesquisa, nosso recorte centra-se, no limite, no caso da USP e, mais especificamente, de uma vertente que se desenvolve dentro dela na década de 1950, conhecida como Escola Paulista de Sociologia, encabeçada por Florestan Fernandes.

Assim como no caso argentino, a Escola Paulista trás algumas novidades importantes para a questão da autonomia de pesquisa e do papel do intelectual no campo público. Batendo-se contra as vertentes mais essencialistas do método sociológico (exemplificado, nesse caso, pela sociologia de Guerreiro Ramos, francamente nacionalista), a proposta que emerge da organização inicial do campo sociológico da USP é pensar as possibilidades de um desenvolvimento democrático, racional e urbano-industrial.

Para esse objetivo operatório, francamente conectado à realidade nacional, foi preciso superar um paradigma bastante arraigado nos “estudos sociais” brasileiros. Como salienta Jackson, até a década de 1940 quase todo o foco de pesquisa acadêmica concentrava-se nos estudos sobre o problema da modernização brasileira, “movidada pelo esforço de entender os processos constitutivos de nossa formação” (JACKSON, 2007, p. 115). Apenas na segunda metade da década de 1940 um impulso de profissionalização e, principalmente, de especialização, diversifica um pouco os temas, projeto que será levado a cabo, com amplo suporte institucional, pelo grupo de sociólogo agrupados em torno de Florestan, notadamente Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni<sup>17</sup>.

O projeto desse grupo consistia num esforço de profissionalização que, num paralelo importante com o caso argentino, também se dirigia em duas trincheiras: modernização epistemológica e, por outro lado, viabilização de um aparato de pesquisa, que envolvia bolsas no exterior, financiamento de fundações estrangeiras, como a Ford e a Rockefeller e a criação de uma rede de prestígio especificamente universitária. Segundo Miceli, sob esse aspecto, “os

---

<sup>17</sup> As duas cátedras centrais da USP começaram com Paul Bastide (Sociologia I) e Levy Strauss (Sociologia II). Mesmo após anos de funcionamento, o circuito era bastante restrito. Nos termos de Jackson “a crítica mesma desse ‘estado do campo’ era dada por certa ambiguidade que se revela nas trajetórias e obras dos protagonistas desse processo, lastreadas na experiência comum da profissionalização da atividade acadêmica que, não obstante, oferecia possibilidades muito restritas à carreira em função do sistema de cátedras vigente” (2007, p. 120)



cientistas sociais brasileiros se beneficiaram com a criação de agências governamentais especializadas, em condições de garantir fluxos adequados de recursos” (1995, p. 09).

Para dimensionar o alcance desse esforço de institucionalização, e confronta-lo com as tensões acerca da autonomia universitária, é interessante notar que, no momento imediatamente subsequente ao golpe de 1964, a estrutura universitária na qual trabalhavam esses sociólogos se mantem razoavelmente autônoma. Apenas a partir de 1968, com o exílio de alguns de seus principais professores e a perseguição mais sistêmica à alunos e corpo docente, é possível sentir o abalo da intervenção nessa longa trajetória de autonomia. O governo militar tem também uma postura ambígua em relação à Universidade, na medida em que se, por um lado, a reforma de 1969 incentiva a profissionalização e o crescimento da circulação de pesquisa através de novidades como o sistema departamental<sup>18</sup>, por outro lado ameaça a autonomia de pesquisa. Nesse sentido, o paralelo com a ação autoritária nas universidades argentinas nos parece interessante: os regimes de intervenção aperfeiçoam e aparelham materialmente as universidades, embora suscitem, nos dois casos, uma “expectativa autoritária” que não pode ser subestimada.

Se é possível perceber, como tentamos demonstrar, algumas continuidades importantes entre os dois processos nos interessa, para além de sistematizar afastamentos ou concordâncias, perceber o sentido das intersecções entre os dois processos, entendidos dentro de um conjunto mais amplo que envolve, como salienta Lepenies, a exacerbação de uma tensão política mais profunda, relacionada em ultima instância ao conflito ilustração X anti-ilustração, que define, no limite, o papel dos intelectuais na gestão do mundo contemporâneo. Para ele, é no momento em que a sociologia se institucionaliza e que seus intelectuais se projetam no espaço publico que é possível identificar uma disputa pela “primazia de fornecer a orientação chave da civilização moderna, o direito de ser a doutrina de vida apropriada à sociedade industrial” (1996, p. 11).

---

<sup>18</sup> Dados de ledke Solidez dos cursos universitários (graduação) : 1936 → 2 cursos / 1954 → 11 cursos / 1968 → 33 cursos / 1976 → 83 cursos. Esses dados devem ser confrontados, contudo, com o processo de privatização do ensino superior. Em 1978, 59% desses cursos estavam em instituições privadas. Na mesma linha, Sergio Miceli aponta para o fato de que, entre 1960 e 1980, as matrículas no ensino superior de modo geral aumentaram cerca de 1400%, dado importante para considerarmos o processo de institucionalização da sociologia dentro de um quadro mais amplo de ampliação da própria estrutura universitária demandada pelo crescimento de uma burocracia tecnocrata no contexto da ditadura militar.

Dentro dessa pista interpretativa, alguns discursos compartilhados (tais como o da sociologia validada por critérios empíricos objetivos, a proposta de criar uma rede de circulação profissional para os sociólogos a nível continental e o repúdio para com as versões “essencialistas” da realidade nacional) podem ser levados em conta para perscrutar a própria disputa sobre o papel do intelectual no contexto dos países a partir da década de 1950. A validação de um espaço de fala “científica”, e a correlata produção dos “efeitos de cientificidade” desses discursos, no sentido em que conceitua Bourdieu<sup>19</sup>, pode nos ajudar a compreender porque as demandas por autonomia universitária mantiveram uma relação de tensão com a estruturação do campo sociológico nos dois países.

O aumento do público leitor, a pluralização das instâncias de consagração e, por outro lado, a emergência de regimes autoritários que não permitiam canais de participação política efetivas nos dois países, são os elementos que ajudaram a definir, segundo as especificidades dos dois casos observados aqui, qual papel estava sendo buscado para o intelectual enquanto participante da arena de discussão política radicalizada da década de 1960. Como analisa Donghi, o papel que os intelectuais haviam tido, nos dois países, enquanto legitimadores das tradições nacionais não está mais assegurado no contexto de modernização que se inicia na década de 1940<sup>20</sup>. Dessa forma, criar um espaço de autonomia e de consagração pelos pares passa a ser um imperativo para a validação da própria relevância social desse setor. Na esteria da clássica reflexão de Said, discute-se, no limite, a viabilidade do intelectual que “fala a verdade ao poder”, a partir de um ponto de observação crítico e independente (SAID, 2005).

Interessante observar, nesse sentido, os projetos emancipatórios que sustentam o sentido do “científico” da sociologia nos dois países. A ação editorial de Gino Germani, mesmo fora da Universidade, foi capaz de articular uma série de inserções conceituais impensáveis, na Argentina, até a década de 1940. A partir de sua ação nos editoriais *Ciencia y Sociedad* e *Biblioteca de Psicología e Sociología* da Editora Paydos, é possível perceber um consistente esforço por modernizar as possibilidades conceituais com as quais os intérpretes da modernidade argentina poderiam pensar-se naqueles anos de mudança. Da mesma forma, o esforço monumental de Florestan e seu grupo no sentido de trazer pesquisadores e

---

<sup>19</sup> Para Bourdieu, o “efeito de cientificidade” é um dos pontos fundamentais da validação da legitimidade de um discurso que se pretende “científico”, se trata, segundo ele, “de imponer uma lectura científica, y no la creencia em la cientificidade de la cosa leída” (BOURDIEU, 2008, p. 43), ação de reafirmação da conformação do enunciado do texto ou da disciplina com uma “ostentosa conformidade com as exigências formalistas”.

<sup>20</sup> Para o autor “(...) la republica oligárquica se había preocupado por reservar un lugar en ella al intelectual” (PLOTKIN, 2000, p. 89), e é justamente a consciência da perda desse local prestígio que leva, no caso argentino, à uma busca por novas adesões e novas práticas por parte desses sujeitos.



conferencistas das universidades mais prestigiadas do mundo para a USP, nos ajudam a perceber de que forma o campo específico da sociologia está inserido nesse contexto de definição de fronteiras sobre o discurso do moderno: trata-se, nos dois casos, de validar a própria sociologia, muito além de uma ou outra vertente específica. Nas palavras de Florestan, a respeito de sua atuação como docente na década de 1950, “em vez de estar preocupado com o que me cabia fazer como sociólogo, me preocupava com o que eu deveria fazer, a partir e através da universidade, para formar um grupo de sociólogos” (FERNANDES, 1978, p. 23). Nesse caso, estimular “a ambição de criar e generalizar um elevado padrão de pesquisa e elaboração técnica” (IDEM, p. 24) para a sociologia, apontava para que ela se desenvolvesse como uma possibilidade de interpretação racional dos dilemas nos dois países, capaz de superar uma visão essencialista que, em última instância, contribuía para explicar o próprio caráter problemático das reflexões latino-americanas sobre sua própria emancipação.

Essas possibilidades de hipótese que advém do mapeamento panorâmico que tentamos esboçar não esgotam, certamente, o sentido da institucionalização da sociologia nos dois países. Certamente, a própria discussão sobre as possibilidades de ação independentes podem ser questionadas em si, dadas as inevitáveis vinculações institucionais e políticas que compõem o espaço social ou a “arena cultural” da modernidade. Acreditamos, contudo, que debruçarmo-nos sobre os sentidos das tensões envolvendo autonomia, engajamento e profissionalização de determinada vertente interpretativa pode nos levar a questionar alguns dos fundamentos de nossa própria prática, inclusive algumas das fronteiras – reais ou imaginárias – entre a história e a sociologia tais como são praticadas nos dois contextos nos dias atuais.

## BIBLIOGRAFIA

ALTAMIRANO, C. *Bajo el Siglo de las Masas*. Buenos Aires: Ed. Ariel, 2001

ALTAMIRANO, C. *Ideias para um Programa de História Intelectual*. Trad. Norberto Guarniello. Univ. Quilmes, 2007, p. 9-17.

BARROS, J. A. *História comparada: da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico*. Rev. História Social. N. 13. Campinas, 2007, p. 7-21.

BLANCO, Alejandro. *Razón y Modernidad. Gino Germani y la Sociología en Argentina*. Buenos Aires, siglo XXI Editora, 2006.

BLOCH, M. *Pour une histoire comparée des sociétés européennes*. IN Revue de synthese historique, 46, 1928.



- BOBBIO, N. *Os intelectuais e o poder*. Trad. Marco Aurélio N. São Paulo. Ed UNESP, 1997.
- BOURDIEU *Homo Academicus*. Buenos Aires. Ed. Siglo XXI, 2008.
- BOURDIEU, P. *Meditações Pascalianas*. Trad. Sergio Miceli. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2001.
- BUCHBINDER, P. *Historia de la Facultad de Filosofía y Letras*. Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, EUDEBA, 1997.
- CANDIDO, A. *A Sociologia no Brasil*. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, v. 18, junho, 2006.
- COULON, A. *A Escola de Chicago*. Campinas. Papirus, 1995.
- DONGHI, T. H. *História de la Universidad de Buenos Aires*. Buenos Aires. Libros de Rojas, 2012.
- FERNANDES, Florestan. *A condição do Sociólogo*. São Paulo. Ed Hucitec, 1978.
- GERMANI *Estudios sobre sociologia y psicologia social*. Buenos Aires: Paydós, 1966.
- GERMANI, A. *Gino Germani: del antifascismo a la Sociologia*. Buenos Aires. Ed Taurus, 2004.
- GERMANI, Gino. *La Sociedad en Cuestión – Antología comentada coordinada por Julian Rebón*. Buenos Aires, CLASCO, 2010
- GRANJON, M e TREBITSCH, T. *Pour une histoire comparée des intellectuels*. Paris. Complexe, 1998.
- JACKSON, L. C. *Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969)*. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 19. N.1. Junho 2007.
- LACAPRA, D. (org). *Rethinking intellectual history: texts, contexts, language*. London. Cornell University Press, 1983.
- LACAPRA, D. *Intellectual History and it's ways*. The American Historical Review. Vol. 92, issue 2. 1992, p. 425-439.
- LEPAPE, P. “*Voltaire. Nascimento dos intelectuais no século das luzes*”, publicado pela Editora Jorge Zahar, 1993
- LEPENIES, Wolf. *As Três Culturas*. São Paulo. Ed. USP, 1996.
- LIEDKE, E. *A sociologia no Brasil: História, teorias e desafios*. Revista Sociologias. Porto Alegre. 7 jul, 2005, p. 376 – 437.
- LINGELBACH, G. *Intercultural Transfer and Comparative History: the benefits and limits of two approaches*, 2011
- LOPES, M. A. (org). *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo. Ed Contexto, 2003.
- MICELI, S. (org) *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo. Ed. Sumaré, FAPESP, 1995.



MICELI, S. E PONTES, H. (orgs) *Cultura e Sociedade, Brasil e Argentina*. São Paulo. EDUSP, 2014

MURMIS, M. E PORTANTIERO, J. C. *Estudos sobre as origens do peronismo*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

NEIBURG, Federico. *Os Intelectuais e a Invenção do Peronismo*. São Paulo: EDUSP, 1997.

PARADA, A. *Cruces y perspectivas de la cultura escrita em la Argentina*. Buenos Aires, Ed. UBA, 2013.

PEREYRA *International Networks and the institutionalisation of Sociology in Argentina (1940 –1963)*. School of sciences and Cultural Studiesm University of Sussex at Brighton, 2005.

PLOTKIN, M e LEANDRI, G. (org) *Localismo y Globalización*. Madrid. CONICET, 2000.

PONZA, P. *Intelectuales y Violencia Política 1955 – 1973*. Cordoba. Babel Ediorial, 2010.

PRADO, M. L. *Repensando a História Comparada da América Latina*. Revista de História, 153, 2005, p. 11-33.

RAPOPORT, Mario e colaboradores. *Historia económica, política y social de la Argentina*. Buenos Aires: Ediciones Macchi, 2000

REMOND, R. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

RICCONO, G. *Universidad y Peronismo, batalla de imagenes*. IICE-UBA. VII Jornadas de Sociología de la Universidad Nacional de La Plata. "Argentina en el escenario latinoamericano actual: debates desde las ciencias sociales" (La Plata), 2012. Disponível em <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/31375>

SAID, E. *Representações do Intelectual*. Trad. Milton Hatoum. São Paulo. Companhia das Letras, 2005

SARTRE, J. P. *Em defesa dos Intelectuais*. Trad. Sergio de Paula, São Paulo. Editora Ática, 1994.

SOMMER, Doris. *Ficções de Fundação. Os Romances Nacionais na América Latina*. Belo Horizonte. Humanitas. Editora da UFMG, 2004

SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo. Da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro, ZAHAR, 2001.

TERÁN, Oscar. "Ideas e intelectuales en la Argentina, 1880-1980" In TERÁN, O. (org.). *Ideas en el siglo -intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano*. Buenos Aires: SigloXXI, 2004

VALLADARES, L. *A escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2005,